



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2010

Acta n.º 5

Ao vigésimo quarto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:05 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de nove de Fevereiro e Aditamento de dezoito Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação das actas das sessões de 29/09/2009 e 18/11/2009;

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sobre a reclamação apresentada pelo munícipe Manuel António Lino de Carvalho referente aos Lotes 1 (proc.n.º9CP/2008), 2 (proc.n.º57/2003) e 6 (proc.n.º593/2000), da Urbanização das Texugueiras sita em Ferreiras, nos termos da alínea q) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Desafecção do actual caminho público de acesso à Praia do Evaristo a afectação de um outro - construção de um Hotel Apartamentos, Quinta do Castelo, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do Regulamento de Organização e Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento do Arquivo Histórico do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, nos termos da alínea s) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração da Cláusula Oitava do Contrato de constituição do Direito de Superfície a favor da Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve, nos termos da alínea i) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO NONO: Designação de nove cidadãos de reconhecida idoneidade para integrar no Conselho Municipal de Segurança de Albufeira, nos termos do alínea p) do n.º1 do art.4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira. -----

ADITAMENTO: -----

PONTO DECIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª



Revisão das Grandes Opções do Plano 2010/2013, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, 1ª Revisão do Orçamento para o ano 2010, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD) (21:20h), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS) (21:25h), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD) (21:15h), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras), José Cabrita (Guia) (21:30h), Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Olhos d'Água) e Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne). -----
Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, e em regime de não permanência, a Vereadora Francelina da Luz Rodrigues Lourenço (21:30h). -----

FALTAS: Francisco João Magalhães Calhau (PSD). -----

SUBSTITUIÇÕES: Face ao pedido de substituição apresentado pelo Membro Francisco Calhau, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, o Membro Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período destinado aos munícipes. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Marina Poupá - Tenho três pontos a apresentar que acho fulcrais. Um prende-se com a pertinência do que se passou na Madeira e estou um bocado preocupada com as obras que se estão a realizar junto ao Centro de Saúde. Será que futuramente não vai acontecer o mesmo aqui? Porque está-se a reduzir o caudal do rio, a mudar-se os seus percursos, mas sabe-se, e as provas estão à vista, nós não mandamos em nada. Será que não estamos a deixar uma herança errada? Acho que é preocupante e pertinente. Outra questão: nós temos vários "giros" já a funcionar e há vários que têm percursos



idênticos. O Verde que faz percurso intercalado com o Cerro Malpique. Não seria pertinente pôr a Linha Vermelha a fazer percurso também intercalado com a AHETA, visto que há reuniões lá, de formandos do Centro de Emprego também. Já me aconteceu duas vezes não ter transporte para lá. É caótico chegar lá, nomeadamente quando estive em obras. Faz imensa falta, é um ponto nevrálgico da cidade. Acho que seria pertinente pôr lá uma paragem do "giro". Outro ponto que queria frisar: nós fomos pioneiros no S.E., coisas que têm a ver com a população, temos também a tele-assistência. Eu como dadora de sangue e de medula, já tenho tido convocatórias para ir a Portimão ou a Faro dar sangue e não posso ir porque, infelizmente, não tenho recursos. Não seria de bom-tom, visto que é uma coisa que nos toca a todos, a Protecção Civil, nomeadamente os Bombeiros ou a Junta de Freguesia dar "boleia" a pessoas que não têm recursos financeiros para se deslocarem até lá? Obrigada. -----

Carlos Ventura - Se me permitem, vou começar por pedir licença ao Sr. Presidente, penso que deveríamos começar com um minuto de silêncio pelas mortes da Madeira. Penso que o deveríamos fazer. Se não tomar essa iniciativa, eu, durante a minha intervenção vou-me calar durante esse minuto. -----

Presidente da Assembleia - Sr. Ventura, o Senhor aqui tem o direito de intervir, mas não de propor coisas a esta Assembleia. Temos de fazer aqui uma distinção. Com todo o respeito que eu tenho pelo tema. Isso está previsto acontecer no decorrer da Assembleia. -----

Carlos Ventura - Continua a sua intervenção (doc. 1). -----

PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU
JERÓNIMO MONTANES GONÇALVES [RECEBEU / BARROSO
COMISSÃO EUROPEIA BARROSO
PRESIDENTE BARROSO / NOLANDE

MIGUEL DO GRUPO NA PESSOA DE JERÓNIMO MONTANES
PREVEDOR DA REGIÃO

SALAR ACOSSISTENTE / FALAR DOS ANIMAIS DAS ALGAS
ESPAÇOS DOS EQUIPAMENTOS RESERVAC NATURAIS

PRODUTO DE LÁ DE OILGUA

CARROS ALTO GASTO
MINISTROS FRANCO CARROS MONTANES
MINISTROS PÚBLICOS



A MEMÓRIA DE SIEMPRE AOS MORTOS DA DESASTRADA DA MADEIRA E
HAITI

FAZAR AVERIGUAR A PROVA DE VASCO BARROS

FAZAR DOS INQUÉRITOS SE AÍTO TOI FEITO E ANÁLISE A REA-
LIDADE DOS TENDIDOS DE PROPOSTAÇÃO NÃO CONSTRUÍDA
APAS VEMBAS CONSTRUÍDA-S E
PARQUE SEMPRE O MESMO A BENEFICIÁRIO

SE EXISTE REALMENTE CORRUPÇÃO E SE OVE RINEROS
ILÍCITAS PRECATORIA ESTE DECOLANDO O DSS CONTROLO DA
NOSSA ECONOMIA/SE EXISTE FUNCIONÁRIO ABUSADO DO PODER
O MEU CASO/AL PESSOA COM STANGE SE LAHÉLCA
CASO O PROPRIO CASO SUPERVENCIDA BARRALHA
OCTAVIANO POR MUITAS PESSOAS EM ESPACO PUBLICO
INQUÉRITO SE NO TEMPO SE BENEFICIÁRIO ILÍCITO
FAVORES (ARAB A LUQUEL

EMPRESAS CARLINHAS CARREGADAS OFERTAS C/SE DE POL-
TIC DE DECISÃO ACISTI DUAS EMPRESAS NO ALD DE FIL-
TRADA FILTRADA SE O FFENHAS NAS OFERTAS SE EXISTE
CORRUPÇÃO

PORQUE O ALMOÇO PUBLICO/O PESSOAS SAUDADE
FORNECE EQUIPAMENTO AS PESSOAS
PORQUE ESPERO DO A 11 MESES A PESSOAS CONSULTA PARA
OS C/NOVO L/MESES DE L/NOVO

O MEU CASO DE ELEIÇÃO FILTRADA COMO DENÚNCIA A
QUE ME FIZERAM ENTREGAR NA HORA ASSEMBLEIA MUNI-
CIPAL/VOU LEVANTAR GABRIEL GILVAREI PRESIDENTE
DO PARLAMENTO EUROPEU E FOTO COPIAR A OUTRAS
ILUSTRAÇÃO PARA REVOLTA NO QUE ME FIZERAM AO
QUE FIZERAM PRECATORIA AS INSTALAÇÕES/O DESIGNIÇÃO
DESIGNIÇÃO DO DESIGNIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

FAIAL DA MARIA PRODEVE/FAZER AVENIDA ESTADUAL
DA PRODEVE C/NOVO/LA ESTADUAL POR DUAS FIAS NO POS-
PASSADIA/SIEMPRE AVERIGUAR UMA FICOL UMA ALFA-
ROBERTAL UMA JAGALGADA FLORIR MUI PASSADO POR
ARVORES E FICOL A ESCADA/OS FICOL FICOL SEOL
SEM ENTREGADIA/OS C/NOVO DE EQUIPAMENTO



CAVATES/SUBELEZADOS/ PREPARAR LICORES MEDICINAIS, OS ATE
LICOES/ MEDICINAIS BAGAÇOS DE VINHO AS BAGAÇAS MOBIL
CASTELO/ IGREJA COMUNITARIA (CASA TRADICIONAL/ A
MULHER TRADICIONAL (OU FOLCLORE)) REPRESENTAR
O TUMULTO RECONSTRUÇÃO (CASTELO),
MOBILIZAS A TRADIÇÃO CULTURAL

A MARCA PADRÃO ALBUFEIRA A DUA O FRANGO
PADRÃO A SUA MARCA/ FERREIRAS O PADRÃO
TELA/ OLHOS D'ÁGUA A SANDOINHA
OS FRUTOS

TELA/ A DUA COM AS QUINTEINHAS TODA A ADEGA PA-
DERNE FERREIRA/ RESERVANDO OS TELHOS. TERRE-
NO DO QUE MAIS SE ADAPTA
INICIAR OS PRODUTOS EVITANDO OS INTERMEDIÁRIOS DE
DISTRIBUIÇÃO A PORTUGAL/ NOS LOCAIS REPRESENTATI-
VOS A PRODUÇÃO PORTUGAL ESTABELEÇA.

O BEATO VICENTE A FESTA EMILITAR (A IGREJA)
ORGANIZAR (CASA MUSEU) BATIZADO UMA FESTA NAT-
TRADICIONAL/ SEM FUGO DE ARS FILIO ESSE DIA/ ELO
OUTROS FILS/ NO CAMPO DA BOCA FASQUINHAS O TRADICI-
ONAL / A IGREJA A FUNÇÃO PORTUGAL

PROMOVER A MARCA DAS CONSERVAS DO TRADICIONAL
DOS ENCHIDOS/ ETC
INVENTAR UMA SOCIEDADE NOBRE

A BIBLIOTECA TERCEIROS DE / EITUNA LIVRE DOS
PORTUGAL AUTORES/ OI / EITUNA DE OUTROS AUTORES
ALBUFEIRA A LITUA OUBERT DE QUEM A LITUA OU
DESCRITAS LIVRE A LITUA O INTERESSE PELA
CULTURA/

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. ----- Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia da início ao período destinado aos Membros da Assembleia Municipal. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. ----- Presidente da Assembleia (PSD) - Antes de iniciar as intervenções dos Membros, começaria com o minuto de silêncio em relação à questão da Madeira. -----



Vitor Clemente (PS) - Nós temos uma situação em relação à Madeira que, com certeza converge nesse sentido. -----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

O Presidente da Assembleia passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Florbela Caixinha (PS) - Nós elaboramos uma Moção para apresentar na presente Assembleia (doc.2). -----

Solidários com a população da Madeira

Os trágicos acontecimentos ocorridos na Madeira, causados pelo temporal que fustigou aquela ilha no passado dia 20 de Fevereiro, permitem-nos constatar quão frágil é o ser humano perante situações de catástrofe natural.

Nenhum de nós consegue ficar indiferente perante tal tragédia.

Os membros ~~(do Partido Socialista)~~ que compõem esta Assembleia Municipal de Albufeira vêm desta forma manifestar o seu pesar e a sua solidariedade com a população madeirense num momento tão difícil como o actual.

Nesta conformidade, propomos que seja dado conhecimento da presente ao Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira.

Albufeira, 24 de Fevereiro de 2010

Membros ~~do Partido Socialista~~ da Assembleia Municipal de Albufeira

Vitor Clemente

Francisco Oliveira

Florbela Caixinha

Carlos Lima

Luis Reis



Carlos Lima (PS) - Apresenta proposta (doc.3). -----

Proposta

Propanteu por este facto um minuto de silêncio em memória do Sr. Álvaro Nogueira que ontem partiu do nosso convívio.

É de mais elementos justiça que recordemos com saudade o pintor que nos deixou muitos e belas obras, entre as quais destaca "A Entença do Foral de Albufeira", património municipal que se encontra no Salão Nobre da Câmara Municipal de Albufeira.

Propanteu também por este momento de dor expressar à família os nossos votos de pesar.

Carlos Lima



Presidente da Assembleia (PSD) - Eu penso que isto tem precedência sobre o restante. A proposta é colocada a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Fez-se um minuto de silêncio em memória do pintor Álvaro Mota. -----

Presidente da Assembleia (PSD) - Em relação a esta proposta, de facto, a obra delicia-me. Sempre que estou no Salão Nobre ver aqueles quadros, não podemos esquecer o artista que nos dá o prazer daquela arte. -----

Carlos Santos (PSD) - Em relação à intervenção da Sra. Marina Poupá. A Senhora já não está na sala, mas fica o esclarecimento aos Membros da Assembleia. Albufeira é um concelho solidário, ninguém tem dúvida disso e estes dois momentos que se passaram aqui há poucos minutos, provam precisamente isso. Qualquer cidadão de Albufeira, mês sim, mês não, pode dar sangue em Albufeira. Não há necessidade, tal como a Senhora referiu, da intervenção dos bombeiros, porque quer na Associação dos Dadores de Sangue do Barlavento, quer na instituição AHSA em Albufeira, praticamente mês sim, mês não, há recolha. Como sabem, são três, quatro meses para dar sangue mas, ainda no sábado tivemos uma recolha de sangue em Albufeira onde mais de cem pessoas doaram. Acho que não têm fundamento algumas das afirmações que aqui foram feitas. Era apenas esse esclarecimento. -----

Presidente da Assembleia (PSD) - Passando à proposta de solidariedade com o povo da Madeira. Passo a ler: "*Solidários com a população da Madeira. Os trágicos acontecimentos ocorridos na Madeira, causados pelo temporal que fustigou aquela ilha no passado dia 20 de Fevereiro, permitem-nos constatar quão frágil é o ser humano perante situações de catástrofe natural. Nenhum de nós consegue ficar indiferente perante tal tragédia. Os membros do Partido Socialista que compõem esta Assembleia Municipal de Albufeira vêm desta forma manifestar o seu pesar e a sua solidariedade com a população madeirense num momento tão difícil como o actual. Nesta conformidade, propomos que seja dado conhecimento da presente ao Ex.mo Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira.*" Como está redigido, é apenas o PS que está a manifestar o seu pesar. A iniciativa pode ser do PS, não tem problema nenhum, mas a Assembleia não se vai confinar através do PS para manifestar o seu pesar.



Agradecia que pudessem compor, de forma a que possa ser a Assembleia a manifestar esse pesar. Penso que estamos todos de acordo. -----

Vitor Clemente (PS) - Podemos reformular. -----

O Presidente da Assembleia recebe da proponente a Moção corrigida, no sentido de, não ser só o PS mas todos os Membros desta Assembleia Municipal a manifestar o seu pesar com a população madeirense. De seguida coloca a Moção, já alterada, a votação. -

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A Moção foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. inicia o período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 29/09/2009 e 18/11/2009; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca as actas a votação. -----

VOTAÇÃO: Acta de 29/09/2009 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: quinze (15) Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Ana Oliveira, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Votos a favor: onze (11) Carlos Silva e Sousa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta foi aprovada por maioria. -----



VOTAÇÃO: Acta de 18/11/2009 -----
 Votos Contra: zero (00) -----
 Abstenções: duas (02) Eugénia Baptista e Rui Miguel Bernardo. -----
 Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
 Ausências: zero (00) -----
A acta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----
Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente (PS) - Vou aproveitar a informação escrita do Sr. Presidente para alertar aqui para três pontos. Primeiro ponto: solicitar algum tipo de informação da parte do Sr. Presidente relativamente à obra que está a ser desenvolvida na Rotunda da Avenida dos Descobrimentos, em direcção à Cocheira, do valor da adjudicação, do prazo que foi estipulado em termos de tempo, do início da obra e se se recorda das prorrogações que já foram autorizadas em termos da adjudicação desta obra. Porquê? Porque sentimos que, de facto, é uma obra de grande interesse para Albufeira e está a ser muito demorada. É certo que tem grande movimento de carros, mas as coisas já deviam estar concebidas. E quando se lê no placar o valor da obra e o prazo, pelo menos o prazo não deve estar correcto. Foi uma obra que começou no Verão passado, causou algum tipo de problemas. Estamos preocupados. Se não for possível informar nesta altura, informa mais tarde. Outra obra que está a ser desenvolvida na praia do Castelo, que julgo não ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Albufeira, mas passa-se no seu território. Ao passar-se no seu território tem de ter cuidados. Eu julgo que os tem. A obra, de certa maneira, está abandonada. Passei lá no sábado passado e verifiquei essa situação. Também foi uma obra que iniciou no período de Verão. Era preferível que tivesse iniciado no Inverno, não iria prejudicar as pessoas e assim prejudicou. Deixaria aqui ao Sr. Presidente, se de facto surgisse a possibilidade de ser edificado o passeio onde se desce, à direita, com iluminação pública, seria bom. A distância não é grande, os custos inerentes a essa obra talvez não sejam descabidos e iria beneficiar toda aquela via, pensando que o parque de estacionamento venha a ser uma realidade. Terceira situação, a habitação a custos controlados em Ferreiras. Que o Sr. Presidente informe esta Assembleia aquilo que, de facto, se está a passar. A



obra está parada há algum tempo, já ultrapassa tudo, e obras paradas têm sempre prejuízo para qualquer parte. Tenho dito. -----

O Presidente da Assembleia sai da sala, a Primeiro-Secretário toma o seu lugar. -----

Rosário Charrua (BE) - Gostaria de questionar aqui, relativamente à questão do Plano de Pormenor do Escarpão, se já se sabe qual vai ser a data da divulgação pública da avaliação ambiental. Gostaria de saber também qual o valor orçamentado à empresa que fez os eventos culturais para a passagem-de-ano 2009/2010. Se existe alguma possibilidade de consulta, da forma como esta verba foi aplicada descritivamente, em quê, quando e em que momentos. Os custos que este valor averbou. -----

Carlos Lima (PS) - Queria fazer apenas uma pergunta. Aquela construção que está a ser feita no eixo viário em frente à bomba de gasolina da Galp, é outra bomba de gasolina? Se é, pergunto, qual é a necessidade de fazer mais uma bomba de gasolina se se pode, andando mais trezentos metros, contornar a rotunda e abastecer gasolina do outro lado da via. Qual a necessidade de mais uma bomba de gasolina à entrada da cidade? -----

Presidente da Câmara (PSD) - Vou começar por responder ao Lima. Aquilo não é uma bomba de gasolina! Aquilo é um posto de turismo com um estacionamento associado. Para quem chega a Albufeira, quer de carro, quer de autocarro, possa ter ali toda a informação de todo o concelho. Ou seja, é a porta de entrada para que os turistas e visitantes, ao chegarem a esta cidade, tenham um ponto de informação e de esclarecimento e que possam ser bem recebidos. É o objectivo daquele equipamento. E por outro lado, vai ter associado uma outra componente que se prende aqui com a pergunta que o Vitor fez. Naquele sistema todo da intervenção da ribeira, estão previstas, já estão lá colocadas duas comportas, três bacias de retenção. Aquele processo foi todo acompanhado, como vocês sabem, teve aqueles problemas com a DRH, a questão da obra estar parada algum tempo, mas acabou por viabilizar aquele processo todo concordando com aquelas manilhas. Houve duas ou três situações que até fomos nós que sugerimos. Acabou por ser positivo no contexto de que há condições agora para se travar as águas a montante, com sistemas de comporta, onde o sistema é accionado e a verificação é exactamente nessa zona do posto de turismo, próximo dos locais onde eventualmente possa a água ter níveis superiores. Por muito que o ribeiro continuasse largo, a partir dali para baixo, já estava fechado. A possibilidade é, controlar as águas a montante. Portanto, estão previstas no projecto três bacias de retenção, uma na zona da Cocheira, há uma mais a cima, no Poço de Paderne, e há uma outra, que vem no âmbito da construção da ligação da Via do Infante ao Parque de Campismo, há uma zona que recebe as águas de todas aquelas terras do lado poente que vêm ter ao ribeiro do Parque de Campismo. Vamos procurar que as águas não cheguem todas a Albufeira de uma forma descontrolada. Não sabemos se isso resulta, mas uma coisa é certa, estamos convencidos e a própria DRH assim confirma, que pelo menos neste momento há uma ideia concreta sobre a forma de procurar que as águas não venham todas por aí abaixo. Penso que é um sinal positivo dessa intervenção. Neste momento é muito complicado gerir aquela obra, como é complicado gerir qualquer obra,



tendo em conta que há já quase seis meses que chove todos os dias. Há betonagens que estão previstas e não se podem fazer. Há movimentos de terras que não se podem fazer. As infraestruturas praticamente estão todas executadas, mas vocês percebem bem que não há condições para que haja qualquer aceleração no contexto das obras. Como esta temos outras, nomeadamente a do pavilhão desportivo, que está praticamente pronto e os arranjos exteriores não se conseguem terminar porque não há condições. A questão das bacias, a questão das comportas, a questão do início da obra, os prazos, está tudo no processo, mas obviamente, há aqui a questão das intempéries. Todo o processo está a ser acompanhado, permanentemente, pelo Vereador e pelos serviços e eu periodicamente vou tendo informação. Não tenho as informações aqui comigo, como devem calcular. Foi uma obra da ARH, que nós discordámos, na altura da execução, mas que o dono do terreno moveu um providência cautelar e que impediu que a obra continuasse. Nós próprios temos uma providência cautelar, que era a tal ligação do Pátio até lá a cima, que o Belga promoveu uma providência cautelar e, que acabámos por só fazer as condutas, nem sequer conseguimos alargar o caminho. São problemas complicados. A habitação a custos controlados em Ferreiras é um processo que só recentemente teve o desfecho final, porque não havia o financiamento por parte do INH à empresa que ganhou o concurso. Foi a mesma que também ganhou o concurso de Paderne. Também não poderiam avançar com a obra sem pagar o proposto, que é duzentos e tal mil euros. Acabaram por pagar no início deste ano. Em relação à membro Rosário, sobre o Plano de Pormenor do Escarpão, sei que está dentro dos procedimentos normais. Não lhe consigo dar aqui a data. Até porque foi no âmbito da CCDR, há questões que têm a ver com a tramitação. Sobre os espectáculos e os seus custos. Está tudo discriminado, em termos de produção, do artista, do som, do palco, das casas de banho, no processo que é colocado agora na plataforma da transparência. Os meus serviços podem fazer-lhe chegar isso, porque tudo está identificado. Podem achar muito ou achar pouco, mas está tudo, tudo explicado, porque obviamente não há forma de assumir um pagamento sem estar tudo como deve ser. Não há nada que não esteja devidamente explicado. Eu faço-lhe chegar esses elementos. Não há nada que impeça de lhe dar essa informação, como deve calcular. -----

O Presidente da Assembleia regressa à sala e toma o seu lugar. -----
 Não mais havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sobre a reclamação apresentada pelo munícipe Manuel António Lino de Carvalho referente aos Lotes 1 (proc.n.º9CP/2008), 2 (proc.n.º57/2003) e 6 (proc.n.º593/2000), da Urbanização das Texugueiras sita em Ferreiras, nos termos da alínea q) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----



Presidente da Assembleia - Eu remeti-vos tudo o que constava deste processo. Para além disso também solicitei, e têm estado no gabinete da Assembleia Municipal, todos os processos que estão aqui referenciados. Eu já analisei os processos e tenho aqui uma proposta para a Assembleia que irei passar a ler (doc.4). -----

Da leitura do processo de reclamação do Senhor Manuel António Lino de Carvalho, há duas questões a serem aferidas.

I

A primeira questão, prende - se com saber se lhe assiste ou não razão naquilo que afirma.

Os meios técnicos de que dispõe esta Assembleia Municipal, são os do Município, que podem ser solicitados através da Câmara Municipal.

No caso e para poder aferir da situação, esses pareceres de ordem técnica foram solicitados pelo Presidente da Assembleia ao Senhor Presidente da Câmara que lhos forneceu e estão ao dispor desta Assembleia.

Também os processos de obras em causa, referentes aos lotes 1,2 e 6 da Urbanização das Texugueiras têm estado ao dispor dos membros da Assembleia Municipal, conforme lhes foi comunicado\$ na convocatória de 09 de Fevereiro, para esta reunião da assembleia.

Contudo, o reclamante não aceitou esses pareceres, designadamente, o dos serviços de topografia indicando áreas completamente diferentes e não de poucos metros quadrados, mas sim manifestamente diferentes, o que não pode afigurar - se como irrelevante para esta Assembleia, como por exemplo, a implantação do lote 1, onde se afirma que « **em vez dos 247 m2, se regista no rés do chão 472 m2**», o que representa quase o dobro.

É admissível que exista um erro de 1 ou 2 m2, mas nunca um erro com aquela dimensão, pois que isso, nem com os aparelhos avariados se admite a um profissional de topografia.

Esta e as outras situações apontadas também quanto aos lotes 2 e 6 têm que ser esclarecidas para que não restem quaisquer dúvidas.

4



Ora, os serviços técnicos do município, forneceram – nos de pareceres e informações técnicas donde não resulta ter havido ilegalidade, não dispondo esta assembleia de quaisquer outros serviços que não os do município, sendo inadequado considerar os mesmos mentirosos. Pelo contrário, esta assembleia deve confiar na boa fé dos técnicos do município.

O reclamante, contudo, pondo em crise os pareceres técnicos designadamente topográficos, fica - se pelas suas declarações e apesar de convidado a juntar elementos probatórios das mesmas, não o fez.

II

A segunda questão prende - se com declarações do reclamante, onde acusa, designadamente, que

quanto aos lotes 1 e 6 foram aprovados como ele quis (Sr. Eng. Ricardo Sequeira) com o **compadrio** do Sr. Arq. Fernando Ferraz de Melo, Director de Departamento de Planeamentos e Projectos e do Senhor Vice-presidente Dr. José Carlos Martins Rolo, com o pelouro das obras particulares, os quais assinaram os projectos **contrariando as informações.....**

ou quando acusa que

a Câmara Municipal de Albufeira, nas pessoas do Sr. Vice – Presidente Dr. José Carlos Martins Rolo, do Sr. Director Arq. Fernando Ferraz Melo e da Sra. Jurista Dra. Maria Filomena Cruz, **não considerarem as informações = exposições = denúncias = fotografias, a fim de protegerem o Senhor Engenheiro Ricardo Sequeira, sobrinho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, mentor das três moradias em questão, lotes 1, 2 e 6 da Urbanização das Texugueiras**

5.



III

Temos assim que, a reclamação contempla duas questões, a primeira referente a ilegalidades graves perpetradas de forma grosseira e manifesta, com efeitos de natureza administrativa e a segunda é que terão sido perpetradas dolosa e conscientemente, com o intuito de beneficiar alguém, o que reveste natureza penal, designadamente, o crime de prevaricação, previsto e punido no Art. 11º da Lei n.º 34/87 de 16 de Julho.

Ora das duas uma, ou o que o reclamante afirma é verdade e as pessoas visadas ficam sujeitas a sanção de natureza penal ou não é verdade e é o reclamante que ficará, eventualmente, sujeito a ter praticado crime de difamação previsto e punido no Art. 180º, agravado pelo Art. 184º, ambos do Código Penal

IV

Assim, proponho que esta Assembleia delibere:

1. Considerar que a presente reclamação é muito grave, havendo acusação de ilegalidades graves, de natureza administrativa e penal, sobre factos cujos esclarecimentos técnicos foram solicitados por esta Assembleia, quer à Câmara, quer ao reclamante, tendo apenas a Câmara fornecido os elementos técnicos que, seguidamente, foram contraditados pelo reclamante;
2. Considerar que o reclamante deveria ter juntado, tal como lhe foi solicitado, os elementos probatórios das suas acusações.
3. Considerar que a Assembleia Municipal não dispõe de meios próprios, a não ser os do Município, os quais já lhe prestaram esclarecimentos, para se informar tecnicamente;
4. Considerar que quem profere acusações sobre factos e actos praticados, fica cometido na obrigação de os provar;
5. Participar ao Ministério Público de Albufeira, toda esta situação, para que possa proceder como doutamente entender conveniente, esclarecendo e promovendo o que entender ser de direito e justiça;



6. Dar conhecimento da presente deliberação e de todo o processo existente nesta Assembleia a todos os intervenientes/visados no mesmo, para os fins que entendam adequados;
7. Notificar a Câmara Municipal para, se assim o entender conveniente, prestar esclarecimentos adicionais a esta Assembleia Municipal.

Albufeira, 24.II.2010


Presidente da Assembleia Municipal

Carlos Silva e Sousa

O Presidente da Assembleia depois de apresentar a proposta, coloca-a à discussão. ---
Francisco Oliveira (PS) - Nós analisámos também este processo e como o Sr. Presidente referiu aqui na bancada não existem técnicos nestas áreas e portanto é difícil fazer uma análise profunda sobre as áreas ocupadas, não ocupadas, apesar da exposição do Sr. Manuel Lino de Carvalho. A nossa proposta não ia tão longe quanto a proposta do Sr. Presidente, mas ia no sentido de tentar averiguar, talvez não pelos



meios da Câmara Municipal, mas através de uma outra forma, que seria de uma vez por todas esclarecer a situação. Se, "possam surgir dúvidas" sobre pareceres ou informações da Câmara Municipal, eu penso que seria de bom-tom e talvez esclarecedor, se pudesse ser constituída uma comissão paritária com um membro da Câmara Municipal, um membro indicado pelo munícipe e um terceiro pela Assembleia Municipal, e que, efectivamente, definisse as áreas de implantação e todo esse tipo de informação para que nós, Assembleia Municipal, pudéssemos então tomar uma posição nesse sentido, sendo ela independente. Não colide com a posição que o Sr. Presidente apresentou na sua proposta, mas seria um meio anterior no sentido de até definir essa mesma circunstância e poder, talvez, esclarecer à nascença se existe ou não um problema efectivo e se há lapso aquando das medições, aquando das implantações, porque todos nós, embora, efectivamente, confiemos no trabalho da Câmara Municipal, pode ter acontecido realmente um lapso ou um erro, ou as coisas podem não estar como a documentação que se encontra na Câmara Municipal. É nesse sentido que fazíamos esta proposta. -----

Presidente da Assembleia (PSD) - Essa comissão seria composta por um membro da Assembleia, um membro da Câmara e um membro indicado pelo munícipe. -----

Paulo Freitas (PSD) - Um esclarecimento relativamente à intervenção do Sr. Presidente. Depreendi das palavras do Sr. Presidente que solicitou ao munícipe que lhe fornecesse a documentação com a qual fundamentou as suas queixas, as suas denúncias, as suas afirmações, no processo que nos foi remetido. Depreendo que ouve uma mera remissão para o levantamento fotográfico que terá junto ao requerimento inicial. Pergunto, se a documentação no suporte das suas afirmações, tão só são baseadas neste levantamento fotográfico? -----

Presidente da Assembleia (PSD) - Estamos aqui perante questões de natureza técnica. Eu olho para uma fotografia, como qualquer pessoa olha para uma fotografia, e não consigo aferir qual é a área. Penso que, sendo contraditado e dito que o documento topográfico que é emitido por topógrafos do município a dizer que a área é X, para se afirmar que a área é Y tem de se ter um documento de igual valor probatório. E é aí, Francisco, que se podia ir por esse caminho, caso houvessem documentos de igual valor probatório que pudessem pôr em crise os documentos da Câmara, ou os técnicos da Câmara. Caso contrário, parece-me que esta Assembleia não o deverá fazer. E não o deverá fazer porque esta Assembleia, até ter elementos sérios, que ponham em crise os técnicos desta Câmara, designadamente os Senhores topógrafos, havendo acusações muito graves e não tendo outros meios que não sejam os meios do município, entendo sim, que deverá ser uma entidade externa a aquilatar. Quem é a entidade externa que poderá aquilatar sobre isto, melhor do que qualquer um de nós? É uma entidade, também ela absolutamente isenta e não suspeita, que é o Ministério Público. Irá ver se há ou não há ilegalidades. Que irá contratar peritos do tribunal para mandar ver se há ou não há ilegalidades. Irá aferir se as acusações do Senhor reclamante têm ou não valor. Irá também aferir se houve ou não actos dolosos, como ele afirma, para proteger o sobrinho do Sr. Presidente da Câmara, praticados não só por membros do



executivo, políticos, como por membros técnicos da Câmara. Estamos perante uma situação, não de dizer "isto tem estes métodos ou tem aqueles métodos", não é só isso, há aqui também a questão dolosa de alguém *contra legem* estar a praticar actos para intencionalmente beneficiar alguém, o sobrinho do Sr. Presidente da Câmara. Nós não podemos, nunca, ignorar esta situação. Aliás, se a Assembleia Municipal o ignorar, eu, presidente da Assembleia Municipal, não o ignoraria. Imaginemos que esta proposta é reprovada. Eu não tenho problema nenhum, eu próprio como Presidente da Assembleia Municipal, tenho poderes para mandar isto para o Ministério Público, aliás, como qualquer membro desta Assembleia. Mas acho e entendi que devia trazer à Assembleia Municipal, que é o órgão que deverá, de facto, manifestar a sua vontade. E aquilo que temos perante de nós, é uma situação que tem de ser ajuizada e por alguém realmente isento. Eu não vou pôr em crise actos, sem fundamento para tal, e, aliás, deixei aqui uma porta aberta à Câmara para, eventualmente, qualquer coisa que os técnicos possam rever ou não rever. Se a Câmara resolver vir prestar-nos esclarecimentos adicionais, poderá fazê-lo. Mas, com os elementos que nós dispomos neste momento, em que temos uma acusação muito grave, de ter sido praticado um crime neste município, por pessoas políticas e pessoas técnicas deste município, temos a obrigação de decidir desta forma. Isto tem que ir, obrigatoriamente, para o Ministério Público! Face às acusações que estão aqui expostas, não há alternativa. Se a questão da reclamação se contivesse dentro da questão da legalidade ou não legalidade, poderíamos eventualmente tentar apurar se teria havido ou se não teria havido. Mas a reclamação vai mais longe, aponta que há aqui actos criminosos e, como tal, tem de ir sempre ao Ministério Público. Não há outra hipótese. Portanto, se o Ministério Público vai aferir isso, afere todo o resto. Ele só poderá aferir se há o crime de prevaricação, se se verificarem estas ilegalidades graves que estão aqui denunciadas. Se não se verificarem, então, o reclamante que profere estas acusações, eu tenho dúvidas se esse crime será de natureza pública ou semi-pública, ficará eventualmente sujeito a crime de difamação. Não vamos duplicar trabalhos, até porque nós não temos meios técnicos próprios. Não temos neste momento um elemento que nos diga, não são duzentos metros e que são quatrocentos metros. Se tivéssemos outro levantamento topográfico, aí a Assembleia poderia ter outra atitude. Neste momento o que temos é, a acusação de terem sido praticados crimes, contra pareceres, contra informações e contra denúncias e que terão sido feitos de forma dolosa com intenção de beneficiar alguém. Só há um remédio, Ministério Público! Eu não vejo outro remédio. Ou melhor, poderá haver quinhentos remédios, mas este tem que ser feito. E ali resolve-se tudo. - Adriano Ferrão (PSD) - Embora o Sr. Presidente, com a terminologia própria tenha explicado muito bem a situação, eu não posso deixar, com um vocabulário não tão jurídico, de sentir alguma revolta e convido esta Câmara a comungar desta revolta pela apresentação do texto que compõe o documento sexto. Além da acusação que já foi aqui salientada, tem algum acto difamatório. É difamatório na pessoa do Sr. Vice-Presidente da Câmara, é difamatório na pessoa do Arq. Ferraz de Melo e dos restantes técnicos que estão aqui mencionados. É profundamente injusto,



insustentável e nada, mesmo nada, elegante, face à ausência da fundamentação, que é débil, porque expressa-se aquilo que se quer, não há um levantamento topográfico, até se refere que os topógrafos tinham as máquinas avariadas, está extremamente suspeito. Atribui-se aqui uma acusação gratuita de compadrio a estas pessoas que estão aqui em causa e que atentam ostensivamente e ofensivamente contra a sua honestidade e notabilidade, a qual é reconhecida pela sociedade. A mim, parece-me abusivo. E termina, com uma insinuação de favores por parentesco do actual Sr. Presidente da Câmara, quando aqui se identifica o Sr. Eng. Ricardo Sequeira, sobrinho do Sr. Presidente da Câmara Municipal. Quando se identifica uma pessoa, não se identifica pelo parentesco. É exposta uma insinuação que me parece completamente ilegítima. É isto que quero salientar, é esta revolta. Convidar esta Câmara a essa revolta, quanto a este tipo de texto, contra este tipo de insinuações e difamações. ----

Vitor Clemente (PS) - Este é um processo que culminou com a emissão do alvará em 92. Julgo que as primeiras vendas de lotes são processadas em 1993, não tenho documentos, estou, tão só, de memória a expor as coisas. Começam a ser edificados em 94, 95, 96 até ao ano de 2006. Em 2006 o Sr. Manuel de Carvalho faz a sua primeira reclamação sobre a situação que se estava a passar nos lotes 1, 2 e mais concretamente no 6. Eu não quero comentar, nem estou a comentar, ou a dizer nada, ao que diz respeito à parte dos técnicos da Câmara. Nem vim nem estou munido para a defesa do reclamante, eu quero ajuizar por mim próprio da verdade dos factos. Tenho as indicações da parte dos técnicos da Câmara. E quando o Francisco Oliveira fazia este tipo de proposta, era para que à luz do reclamante, ele verificasse que, ou há justiça na Câmara e termina com a injustiça após esta comissão ou não há. Compreendo perfeitamente e aceito a proposta do Sr. Presidente que este processo venha a transitar para o Ministério Público, julgo que ele já esteja a transitar por força do reclamante. Quem não se sente não é filho de boa gente! Geralmente as pessoas quando têm este tipo de problemas e começam a verificar que a sua razão foi posta em causa e é ele sozinho a pregar no deserto, ele suporta tudo. Suporta uma linguagem que não é a que ele tem em contacto com as pessoas, vai debitando aquilo que lhe vai na alma e aquilo que lhe vai na mente, como acontece connosco, que por vezes até estamos exaltados por qualquer circunstância e, com certeza que é isso que se está a passar. A minha posição é, clarificar tudo isto de uma vez por todas. Porquê? A situação da urbanização decorreu normalmente até 2006, deixou de decorrer normalmente porque alguma coisa aconteceu. É certo que o Sr. Presidente e os membros da Assembleia, verificaram que o alvará emitido em 92 confere nos dezassete lotes as mesmas indicações, dois pisos, X área mas, no entanto, estão lá observações, que podem fazer implantação com 30%, todos recorreram a esses 30%, julgo. Não sei porque não estive a ver o processo, não sou técnico e, também me sujeitei aos documentos remetidos pelo Presidente da Assembleia. Não estou a fazer algum tipo de crítica, se são suficientes ou se não são. Nós temos tido aqui ao nível desta Assembleia, da autarquia, pessoas a contestar com razão e corrige-se. Não tem razão, é demonstrar que, de facto, não tem razão! É isso que está em causa. O Sr. Manuel de Carvalho está



convencido que tem razão. A Câmara Municipal, através dos seus técnicos, estão firmados que têm toda a razão. Se forem ao local vão verificar, levem o documento, alvará 4/92 e vejam o que está lá escrito e vejam o que hoje está lá feito. O reclamante cita também a situação da cota de soleira. Não sou técnico, não sei se a cota de soleira era de 90 ou de 30. Agora que há uma situação, da parte de um técnico exterior, em relação ao lote 2, que é reposta, porque também tinha feito uma cave. É o técnico que diz assim: *"a cave deixa de existir dando cumprimento ao que é estipulado pelo alvará"*. É dito por ele, portanto, aqui há qualquer coisa e, não sou eu que vou ajuizar esta situação. O que está em causa são pessoas. Assim que o processo me chegou, tive o cuidado de falar com as pessoas, de saber dos motivos que levam a isto. e falei com o Sr. Manuel de Carvalho no sábado passado, que me disse que é uma situação de 2006. Porquê? Por uma pequena desavença de um carro em cima de um lancil. Eu não quero fazer aqui a vida de Salomão. Compreendo e aceito que a situação seja remetida para o Ministério Público, se não for possível encontrarmos alguém para arbitrar esta situação. É triste que estas situações venham a chegar a nós. Não tivessem sido resolvidas atempadamente. As coisas começam a correr e o tempo não trata de tudo, por vezes piora as situações. É isso que estamos a verificar. Tenho dito.

Paulo Freitas (PSD) - Há algumas questões na proposta do Sr. Presidente, que a subscrevo na íntegra. Relativamente a esta questão, há de facto sentimentos pessoais que estão à flor da pele. Deles toma agora conhecimento esta Assembleia, ficando claro que tudo isto nasce de uma desavença de vizinhança. As desavenças de vizinhança levam a que as pessoas digam e façam o que não querem mas, uma coisa é certa, quando as pessoas são responsáveis, assinam e nos trazem documentação a suportar acusações, das duas uma, ou essas acusações são verdadeiras, ou não sendo verdadeiras há uma consequência legal. Para se fazer uma reclamação, reclama-se, não se acusa. São duas questões completamente diferentes. A partir do momento a que se pede a verificação de determinada circunstância, temos um parecer jurídico da parte da Câmara para a Assembleia Municipal, dirigido ao Sr. Presidente, vem toda a explanação da situação, os levantamentos topográficos, a questão do enquadramento jurídico, o enquadramento factual, o enquadramento com as reclamações do município. Vem a acompanhar um documento da provedoria da justiça em que se refere a questão, que apesar do loteamento não ter as caves, o porquê de não consubstanciar uma violação ou uma qualquer ilegalidade. É um parecer jurídico da Dra. Filomena Cruz, que nos trás e nos faz o remate de toda a circunstância. O Sr. Presidente teve o cuidado de nos trazer este processo desta forma esquematizada para que possamos, mesmo sem conhecer o processo todo, ter a noção do que aqui se passa. Retiramos que, nas comunicações com o município, teve o cuidado de tomar as suas razões, o cuidado de reunir com o município para saber das suas razões para além daquilo que foi escrito, e em 19 de Janeiro termina-se *"a minha revolta é por se escrever verdades e se aprovam mentiras"*. É uma fase que deixa aqui demasiados conceitos vazios mas, a verdade é esta, é que há uma acusação concreta, de favorecimento pessoal, há uma acusação concreta de incúria por parte dos serviços, há acusações concretas a funcionários da



Câmara Municipal, há acusações concretas ao Sr. Vice-Presidente, à Sra. Dra. Filomena Cruz, ao Sr. Presidente da Câmara, aos técnicos que fizeram os projectos, não vamos aqui vincular a relacionamento familiar porque o Sr. Presidente da Câmara não tem sobrinhos, é um cargo político, quem tem é o Sr. Desidério Silva que por acaso é Presidente da Câmara. A questão que aqui se coloca é, a partir de determinado momento, imbuídos no órgão em que estamos, termos conhecimento de acusações que não temos qualquer meio, nem mecanismos para aferir, que não os da Câmara Municipal, da veracidade das acusações, só nos resta pedir a quem de direito e que pugna pela legalidade dos actos, o Ministério Público. É este órgão que tem poderes para aferir se há, como diz o munícipe, ilegalidades e irregularidades, as aferir, as mandar rectificar e se for o caso, evocar a nulidade das deliberações camarárias no sentido das aprovações, das licenças de construção, utilização e do próprio alvará de loteamento, se assim o entender. Nós, nesta Assembleia Municipal, nada mais queremos do que a verdade. Volto a repetir, não houve uma reclamação, houve uma acusação, e acusar as pessoas de um modo gratuito só porque não se concorda ou porque se tem uma relação de má vizinhança, por um vizinho ter feito um terraço ou um passeio, como vem aqui nas fotografias, não é motivo válido. Nem sequer é salutar que nós nesta Assembleia o tomemos de modo ligeiro, porque queremos acreditar que toda a gente está de boa fé mas, também somos todos responsáveis pelos nossos actos. Fazer uma acusação sem que se junte qualquer documento provatório, sem que se peça qualquer aferição e sem que se concretizem os factos de que se acusa, é um acto gratuito. A verdade é esta! Queremos, caso se verifique alguma ilegalidade ou irregularidade, ela seja conhecida e, que se for conhecida que seja efectivamente sanada, seja quem for e venha quem vier. A questão é esta, criar uma comissão para aferir se os técnicos da Câmara agiram com competência técnica, perdoem-me, isto é desconfiar dos técnicos da Câmara porque, para tanto, não podemos estar a fazer fiscalização aos serviços, apenas podemos fiscalizar a actividade camarária, mas não podemos estar a fiscalizar levantamentos topográficos sem ter elementos comparativos. Temos um Senhor técnico da Câmara Municipal, os levantamentos topográficos a dizer-nos que estão correctos. Se estão correctos, o Sr. técnico é responsável por esta afirmação que faz. Não será um outro técnico a fazer um levantamento topográfico para fiscalizar o outro técnico, para isso temos o Ministério Público. Obviamente, o respeito é mútuo, há um respeito pelo munícipe e pelos direitos que tem. Tem o direito a ver as suas reclamações atendidas, como disse o Sr. Vitor Clemente e é verdade, quando há reclamações e quando a Câmara afere que está errada, rectifica-o, quando afere que não está errada ou acha que deve continuar naquele caminho, mantém a sua decisão. O Sr. Vitor Clemente também diz que, se formos ao local, e levarmos o alvará e se conferirmos, há uma desconformidade. Mais uma vez estamos aqui a dizer que o que lá está feito não corresponde ao que legalmente poderia ter sido feito. Destas palavras, repito, retiramos que há uma violação de um alvará de loteamento, se há violação do alvará de loteamento, há uma ilegalidade. Se há uma ilegalidade tem de ser aferida. Depois diz que, não se pretende ajuizar a reclamação, efectivamente, a reclamação, não mas, a



acusação, sim. Reclamasse sobre o que lá está feito mas, acusam-se as pessoas de haver um compadrio. É isso que nós pretendemos que seja aferido. Porque acusar sem demonstrar, pelo menos concretizar factualmente, é agir com alguma ligeireza e nós não podemos deixar passar uma situação destas. Somos todos responsáveis, todos aqui somos pessoas responsáveis, e quando acusamos somos responsáveis por esse acto social. Quando se reclama pede-se que seja feita a aferição dessa reclamação. Essa aferição foi feita, passou de uma reclamação a uma acusação, pelo escalonar, eventualmente, das confusões, perdoem-me a expressão, de vizinhança. Não podemos pactuar com a imaturidade das acusações e comportamentos a denegrir a imagem das pessoas enquanto titulares dos órgãos políticos e como pessoas que fazem parte, quer desta Assembleia Municipal, quer do executivo da Câmara Municipal. -----

Presidente da Assembleia (PSD) - Antes de passar a palavra a mais alguém quero só esclarecer, em relação ao que disse o Sr. Vitor Clemente, quanto à questão dos documentos que eu lhes enviei, se eram suficientes ou se eram insuficientes. Eu, prevenindo a hipótese dos documentos serem suficientes, eventualmente, e conforme consta da convocatória, tive o cuidado de solicitar e têm estado sempre no Gabinete da Assembleia Municipal, todos os processos de obras referentes a esta reclamação, e ao dispor de todos os membros da Assembleia Municipal. Mais informação, não podia ter arranjado e colocar à disposição dos membros da Assembleia Municipal. É impossível ter arranjado mais informação! -----

Francisco Oliveira (PS) - No seguimento da intervenção e daquela proposta, tinha como intenção, no fundo, de certa maneira, preencher a proposta do Sr. Presidente da Assembleia, a necessidade de averiguar a verdade dos factos. Venho aqui dizer que, me congratulo e subscrevo inteiramente as palavras do deputado Paulo Freitas. Se há coisa que nos deve indignar, são acusações sem provas mas, infelizmente, de graça, não só em Albufeira, mas pelo país, também esse tipo de actuação sem prova. E, de facto, a primeira coisa que se deve fazer e nesse sentido a situação que agora aqui referiu, é que se apure, de imediato, os factos. E sem que se apure os factos, não podemos passar a qualquer outro tipo de posição. E foi nesse sentido, não tendo esta Assembleia a possibilidade de o fazer, porque não temos meios próprios, a proposta paritária mas que, depois da explicação do Sr. Presidente da Assembleia, entendo que é conveniente que o documento e esta situação, vá ao Ministério Público, entidade independente, e que possa fazer a avaliação dos factos. Reafirmo mais uma vez, alguém que é acusado ou indevidamente acusado, ou acusado sem provas de determinado tipo de factos, ficamos indignados e temos o direito à indignação. Nesse sentido, confirmo, pelo menos da minha parte e penso que pela bancada do PS, o nosso voto no sentido que esta proposta, com indicação que sejam verificados tecnicamente se houve ou não alterações ao alvará ou às obras, como o Sr. Presidente disse, não é por uma fotografia, não é pela consulta da documentação, mesmo se fôssemos técnicos talvez não fosse fácil, mesmo com a verificação no local, se calhar só com as medições próprias é que podíamos aferir isso. E foi nesse sentido que fizemos a proposta de estarmos unidos, ou eventualmente a Assembleia estar munida dos elementos



necessários para poder aqui tomar uma decisão, ou deliberação. Entendendo o Sr. Presidente e muito bem, que isto vai para além da questão administrativa e técnica, penso que a solução é realmente remeter ao Ministério Público para que, efectivamente, confirme e verifique se existiu ou não qualquer irregularidade e que coloque o processo a funcionar. -----

Rosário Charrua (BE) - Em primeiro lugar, o que mais me interessa é ver todos os factos averiguados e todas as acusações, de uma vez por todas, esclarecidas. Tenho em querer e estou convicta que não temos nenhuma competência para avaliar este processo com o conjunto de informação que temos, com mais papéis que possam vir, com mais plantas que possam vir. Não temos técnicos, não temos conhecimento, não podemos falar daquilo que não sabemos. Olhando, inclusive, de relance para aquilo que me chegou às mãos, há um conjunto de palavras que me salta imediatamente à vista, inclusive no alvará, que deixam logo uma série de situações postas de parte, como a palavra "*áreas de construção previstas*". Portanto, não são conclusivas, não são obrigatórias. Não estando isto a dar razão, nem a tirar, nem a quem denuncia, nem a quem avaliou este processo. Acho é que temos de dar o passo à frente, entregar isto a quem de competência, com competências para avaliar, para analisar e para tirar conclusões. Quanto às acusações, quero também deixar a opinião que, é grave acusar sem provas, tendo em querer que quando foi feito, não sei se foi em consciência daquilo que estava a ser dito e com o peso que as palavras teriam depois de escritas, tenho em querer que provavelmente não, tenho em querer, como já foi dito aqui, que uma pessoa sozinha em determinadas circunstâncias, sem apoio e sem ninguém que nos chame à razão, possa exceder-se para além dos seus limites, contudo isso não serve de desculpa e temos mesmo de tomar uma decisão, deixar isto para quem de direito e não teremos nós competência com três elementos para fazer uma avaliação justa quer do processo, quer da acusações. -----

Carlos Lima (PS) - Depois de ouvir as intervenções dos dois anteriores oradores, gostava de dizer duas coisas. A primeira é que, concordo com a proposta que o PS vai apresentar. E porquê? Porque penso que a proposta que o Sr. Presidente da Assembleia defende, pode ser usada tanto pelo reclamante, como pelos visados. Se o reclamante acha que isto é assunto para o Ministério Público, já devia ter ido para lá. Se os visados se sentem ofendidos, também já poderiam ter actuado. Penso que nós nos estamos a querer fazer substituir às duas partes. Por isso é que eu concordo com o que o Francisco Oliveira propõe. Seria, tentarmos resolver a situação, porque já chegámos à conclusão de que nenhuma das partes quer ir para o Ministério Público, se não já tinha ido. E eu só concordaria e votaria a favor da proposta do Sr. Presidente, tendo puramente defender a boa honra e o nome das pessoas que são aí visadas. Porque, me parece que esta acusação, por mais fundamento que tenha, já podia ter seguido para o Ministério Público, se é que a pessoa está consciente que tem esse direito. Eu sei muito bem que as pessoas que estão na Câmara por vezes têm mais que fazer do que estar a defender a honra, porque se não tinham que fazer isso todos os dias, porque sistematicamente estão a ser postos em causa, a ser criticados e a ser insultados. Só



que esta situação parece-me mais grave do que o próprio dia a dia. Só vejo o envio deste processo para o Ministério Público como uma necessidade que esta Assembleia veja de permitir a defesa do bom-nome dos visados. Mas penso que eles podem fazer isso. E como nenhum está interessado, nem um a avançar para a queixa, nem outro a avançar para a queixa de difamação, penso que podíamos primeiro tentar esclarecer as coisas internamente, se calhar com a proposta do Francisco Oliveira, para não levarmos isto para onde ninguém quer que seja levado. Se bem que, do que eu conheço das pessoas aí visadas, estou convencido que não avançaram, porque têm mais com que se preocupar. Se já chegamos a esta situação, eu penso que não deve ser a Assembleia a despoletar esta situação. Acho que os visados, depois desta celeuma toda, devem pensar e amanhã são eles próprios que vão ao Ministério Público fazer queixa. Se não vão, realmente, parece que não se importam de ser insultados. Vamos tentar resolver as coisas e saber quem é que tem razão e quem é que está a exagerar, porque eu estou convencido que há exagero da parte do reclamante e há também exagero da construção. Porque se olharmos para algumas fotografias, sem fazer medições e sem topógrafo, parece-me o segundo andar igual ao primeiro, quando o alvará diz que tem de ser 50%. Podem-me dizer que não é relevante. O rés-do-chão parece-me não ter os 30% de implantação, até podia ser maior. Mas isso é um assunto que não nos compete a nós decidir, não percebemos nada disso. Por isso é que eu concordo, porque penso que a proposta que nós estudámos, é uma proposta que se calhar resolvia a questão de uma maneira mais cordata, de uma maneira que interessa a todos, porque se não interessasse isto já não estava aqui, já estava no Ministério Público. -----

Presidente da Assembleia (PSD) - Eu gosto de intervir pouco na Assembleia mas, como sou proponente, meditei um pouco sobre o assunto e não fiz isto de ânimo leve. Também não sou dono da verdade, naturalmente, mas há questões que eu tenho por regra e quando penso que estou certo vou até às últimas consequências. E aqui a questão que se põe é a questão da verdade, não é a questão da honra. E na questão da verdade, nós já solicitámos, na sequência da reclamação, explicações à Câmara e que me são dadas por técnicos do município, pareceres técnicos onde nos dizem que está de acordo e o reclamante contesta estes pareceres técnicos. Está absolutamente no seu direito. Mas, ao contestá-lo deveria, no meu modesto entender, ter dotado de meios técnicos, no mínimo equivalentes àqueles que me foram fornecidos pelo município, com a mesma dignidade, para me poder colocar a mim, também órgão do município, no mínimo, na dúvida. Estou a falar em termos técnicos. E mantendo essa acusação e indo para além dessa acusação da ilegalidade e da acusação de que existe crime, ó meu caro amigo Lima, eu não estou aqui para paninhos quentes, nem para levar isto para onde ninguém quer ou deixa de querer, eu tenho de cumprir obrigações, eu estou num local e num órgão público, e eu ao ter notícia de um crime a minha obrigação é imediatamente remeter ao Ministério Público. Nós temos aqui alguns direitos, algumas obrigações mas, também temos poderes vinculados e o que está aqui em causa, questões de natureza acusatória, é muito grave. Aliás, o Senhor contradiz-se naquilo que diz, ao dizer que eles próprios ainda não resolveram. Então, se não resolveram,



vamos pô-los agora a resolver, com um elemento nomeado por um e um outro por outro?! Isso já deviam ter feito há muito tempo. E outra coisa, eu nunca me confundo, nem nunca me confundirei enquanto estiver nesta Assembleia Municipal, com a Câmara Municipal. Nós somos órgãos absolutamente distintos e independentes. Não sou eu que tenho de estar a dizer à Sra. Câmara ou ao Sr. reclamante o que deve fazer. Agora, eu, Assembleia, tenho de saber aquilo que devo fazer, como cada um deve saber aquilo que deve fazer. Não me cabe a mim dizer "Ó Senhores entendam-se lá". A Câmara, que é um órgão do município, tem o direito de fazer aquilo que entenda dentro dos seus poderes e a obrigação de fazer aquilo que deve no âmbito dos poderes vinculados, além de ter poderes discricionários, mas sempre com limites legais, e o mesmo temos nós aqui, enquanto Assembleia Municipal, e o mesmo tem qualquer munícipe, direitos e obrigações. E cada um tem que andar dentro daquilo que é definido por lei. Nós aqui temos a obrigação de apreciar os actos em que a Câmara pratica. Foi o que já fizemos ao pedir explicações, e os serviços técnicos da Câmara dizem "está bem", com provas e o munícipe diz-me "não está bem" mas não me junta provas; logo não tenho elementos credíveis para pôr em crise aquilo que me é dito pelos técnicos municipais. A partir deste momento e tendo uma acusação de crime, praticado no exercício de funções públicas, só me resta, se não estivesse aqui esta expressão, poderia eventualmente ser tratado de outra forma, mas assim, tem de ir obrigatoriamente ao Ministério Público. E o Ministério Público para aquilatar se ouve ou não crime nas funções públicas, terá que aquilatar tudo o resto. Ou há difamação porque os actos não correspondem à verdade, ou porque não houve dolo, ou porque não houve actos criminosos, poderá haver ilegalidade sem haver crime. O Ministério Público é uma entidade isenta que nos representa a nós todos, que representa o princípio da legalidade, que tem obrigações também de o fazer respeitar e o estado de direito e, portanto, o Ministério Público, não há melhor órgão ou entidade independente, para ajuizar sobre isto, independentemente de tudo o resto. E nós, neste momento o que é que temos? Os Senhores membros da Assembleia Municipal tiveram os processos todos à vossa disposição, tiveram os elementos que eu lhes mandei ajuizarem sobre o que está aqui em causa. Eu do conjunto que tenho não consigo para ajuizar diferentemente daquilo que me é dito pelos técnicos, mas resta uma questão: houve crime? Ou esqueço isso e nós aqui não lemos e passamos ao lado? Ou o Senhor não quis dizer isso, ou, se calhar, os visados não estão ofendidos? Meu amigo, se quis dizer ou não, ele tem a lei para dizer ou que não quis dizer, e os senhores que estão ali, que se sentem ofendidos ou não estão ofendidos, também o farão se quiserem ou não quiserem, isso para mim é uma coisa indiferente, agora, tenho é de cumprir com a minha obrigação enquanto órgão deste município. Não sei se me fiz esclarecer. Eu já disse, este órgão vota contra, vai para o Ministério Público na mesma! Portanto, está a coisa mais que decidida. Com este órgão a favor ou contra. Meus amigos, eu estou convicto que é o caminho a seguir. Posso estar enganado. Eu admito a possibilidade de estar enganado mas, estou convicto que este é o único caminho. Nós temos de ter a verdade ao nosso dispor, se não andamos aqui às voltas e não saímos do mesmo sítio. -----



Carlos Lima (PS) - O que se pretende com a proposta que o PS apresentou, é encontrar essa verdade. E se ao encontrar essa verdade, subsistissem dúvidas, iria para o Ministério Público. Eu não sou contra que vá para o Ministério Público, acho é que há uma etapa que pode ser feita antes. Foi só nisso que eu fui contraditório e de propósito. Porque eu sei muito bem que não somos nós que temos que defender a honra dos outros, eles sabem defender a honra deles. Por isso é que eu disse que concordava com essa proposta mas, essa tal verdade podia ser conhecida antes, se fosse possível. Essa tal comissão tripartida que nos esclarecesse melhor. Neste momento, o Sr. Presidente diz que não está esclarecido, nenhum de nós está esclarecido. Foi só neste sentido a minha intervenção. -----

Paulo Freitas (PSD) - Sr. Presidente, eu vou interpretar um pouco as suas palavras mas, gostava de dizer que, do ponto de vista técnico, a Assembleia Municipal não tem motivo para dizer que não está esclarecida. Temos os pareceres técnicos dos Senhores técnicos da Câmara Municipal, temos os pareceres do departamento jurídico, do departamento de arquitectura, do departamento de topografia. Do ponto de vista técnico, eu considero-me totalmente esclarecido. Porquê? Porque os técnicos merecem a minha confiança naquilo que assinaram e nos pareceres que aqui fazem. Não tenho competência técnica para desconfiar dos técnicos da Câmara Municipal. Questão diferente é aquilo que o Sr. Presidente diz, que não está esclarecido é sobre a legalidade dos actos. São duas coisas completamente diferentes. Do ponto de vista técnico e parece que seria aqui o conceito, o cerne da comissão, aferir se os técnicos, os Srs. Topógrafos, os Srs. Engenheiros, os Srs. Arquitectos da Câmara Municipal, agiram diligentemente nas funções que lhes são confiadas, e parece que isso está assente porque temos os pareceres dos Srs. Topógrafos, os Srs. Arquitectos, dos Srs. Juristas da Câmara Municipal a aferir essa questão. A questão é saber se houve alguma violação de uma norma, ou se houve alguma ilegalidade. Questão completamente diferente! A entidade competente para fazer essa aferição é, efectivamente, o Ministério Público. Eu gostaria de lembrar aqui e pegando novamente nas palavras do Sr. Presidente, que esta actuação já tem precedentes. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal já participou contra ele mesmo, contra uma decisão sua, pediu ao Ministério Público que fiscalizasse o seu acto. A questão que está aqui não é nada mais do que uma questão coerente, do ponto de vista de saber se há ou não ilegalidade, se há ou não um acto criminal ou um acto minimamente violador das normas legais. Não é agir contra ninguém! Esta questão que aqui se leva, de remeter ao Ministério Público uma tomada de posição das medidas que tome por convenientes, não é contra ninguém, nem é a favor de ninguém, mas tão só o de este órgão, Assembleia Municipal, pugnar pela legalidade de tudo o que se passa neste município. É isso que está a ser solicitado ao Ministério Público, não contra difamação, essa é uma questão que está subjacente a este processo, mas não é o cerne da questão. -----

Presidente da Assembleia (PSD) - Em relação ao que o Dr. Paulo Freitas diz e já que fui mencionado, eu tecnicamente, neste momento, não tenho nada a apontar em relação às deliberações tomadas no sentido dos pareceres técnicos existentes. A questão do



meu "convencimento ou não convencimento", é que, na sequência desses pareceres, é feita uma acusação de natureza criminal, pelo reclamante. Até aí decorreu um processo de reclamação normal, a partir daí isto assume uma outra natureza que deixa de estar em sede da minha apreciação e, natureza essa que não tenho capacidade para ajuizar. É nesse sentido que também vai esta proposta. Alguém da Câmara se quer pronunciar sobre esta questão? -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia passa à votação da sua proposta. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA - REMETER AO MINISTERIO PÚBLICO -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Presidente da Assembleia (PSD) - O PS mantém a sua proposta? -----

O Partido Socialista retira a sua proposta. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Desafecção do actual caminho público de acesso à Praia do Evaristo a afectação de um outro - construção de um Hotel Apartamentos, Quinta do Castelo, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Este processo já cá veio, voltou para trás e tornou a voltar agora. Quem deseja intervir sobre este ponto? -----

Rosário Charrua (BE) - Relativamente ao caminho que é proposto como alternativa, há duas questões que eu gostaria de colocar. Uma delas é, o percurso final vai ficar maior ou menor do que aquele já existente? Relativamente às dimensões que são aqui indicadas, gostaria de saber se isto vai realmente ser assim, se depois não vai ser retirada à Câmara, área ao caminho, se não vai ficar mais pequeno? Tomada a decisão, era importante que esta obra fique bem fiscalizada. Quem é que vai tomar o encargo deste novo acesso? Quem é que vai ter a empreitada daquela área? São as questões a colocar, porque face ao que vem aqui não consigo entender suficientemente. Já está feito? Quem é que ficou com o encargo desta obra? -----



Presidente da Assembleia (PSD) - Posso historiar um pouco. Isto veio aqui e quando estávamos a tomar as decisões, tivemos conhecimento que o caminho assinalado já estava feito e que, inclusivamente, já tinham vedado o que passa por baixo do arco, o antigo. Depois deve ter chegado ao conhecimento dos Senhores que nós não ficámos muito agradados com isso, não sei quem são, voltaram a desimpedir o caminho. Eu próprio fui lá verificar na altura e verifiquei também que já lá estava feito, este caminho que está aqui assinalado. A questão põe-se um bocado, pelo menos na altura que nós o colocámos, é, o que eles levam e o que nos dão em troca, a nós município, população de Albufeira. Eu sobre isto, também tenho as minhas ideias fixas. Certo ou errado mas, penso que estou certo! Haverá aqui, porque eu não vi o processo, de se fazer um hotel na zona onde está este caminho a desafectar. Este caminho aqui em baixo não nos causa diferença nenhuma a nós, população; até já lá fui passar a ver se causava algum dano. Achei abusivo que tivesse logo posto uma vedação mas, como entretanto a retiraram, a coisa deixou de ser abusiva. Assim ficamos com dois caminhos até deliberarmos sobre isto. Até aqui temos estado de boa vontade em relação a isto. Caso contrário, se aquilo estivesse vedado, não existia boa vontade nenhuma. Se olharem para a folha verde que lhes foi entregue, ao olhar despreocupadamente como eu faço, parece que os amarelos são superiores ao encarnado e mais, os amarelos param subitamente quando deviam vir cá para baixo porque o acesso não terminou ali. Aliás, temos um triângulo aqui em cima que indicia que existe um outro sentido no outro caminho. Qual é que eu acho que deve ser a deliberação correcta desta Assembleia: será defender em primeiro lugar e antes que tudo, o interesse público mas, também por outro lado, há interesses privados no município que também interessam ao interesse público, designadamente o investimento em hotéis, hotelaria. Daquilo que me pareceu, não há afectação nenhuma da utilidade que as pessoas possam retirar do caminho pelo facto de estar um pouco mais abaixo do que estava aquele cá em cima. Agora, isto sendo uma zona dos mesmos proprietários, chegando cá a baixo à zona da praia, não há estacionamento. E sendo uma zona "não edificando", porque é uma zona onde nem o próprio titular do terreno poderá construir, poderia dar a nós, município, um bocado de terreno lá em baixo que poderia ficar limpo e serviria para estacionamento e, aí a população e turistas em geral, poderiam ter mais fácil acesso à praia e estacionamento naquela zona. É o que me parece. Mas, como à partida me parece que o que eles estão a dar não é suficiente em relação aquilo que nós estamos a abdicar, então, na minha opinião é que os Senhores vão ter de reformular o pedido de forma que a Assembleia possa ficar satisfeita e deferir a pretensão, sem os prejudicar. O que nós pretendemos aqui não é prejudicar ninguém e isto que estou a dizer, de facto, não prejudica ninguém mas, a população de Albufeira poderá ficar a ganhar. É isso que nos interessa, a população de Albufeira, a população em geral, o interesse público, é o que nos interessa ser aqui defendido, no caso, sem prejuízo de ninguém. Penso que a decisão sensata e acautelada, para já é chumbar a proposta, manifestando também, nós Assembleia, que estamos abertos a que venha uma proposta melhor elaborada e defendendo melhor o interesse público e



nós aprovaremos, se for o caso disso. Nesta fase, conforme está apresentado, a minha opinião é de chumbar. Isto já está há muito tempo para ser deliberado por esta Assembleia, foi mandado retirar, só agora é que cá voltou e mandar retirar novamente, acho que não, nós temos que deliberar. Chumbamos com a abertura de que, se vier melhor instruído e defendendo melhor o interesse público, como eu falei não prejudica ninguém, nem o hotel nem ninguém, estaremos abertos a aprovar. Mas para já, é proposto que chumbe. É a minha opinião. -----

Presidente da Câmara (PSD) - É para explicar que a Câmara também aprovou o hotel partindo do pressuposto que não punha em causa o interesse público. A Câmara aprovou o hotel em determinada altura, condicionando a que houvesse a afectação e desafectação dos terrenos. A aprovação do hotel nessa zona onde está esse caminho amarelo é exactamente a linha que o Plano Director Municipal define como zona edificando. Esses amarelos que aí estão, em função das informações técnicas da altura, partiu-se do pressuposto que eram caminhos particulares dentro da propriedade. A Câmara quando aprovou este hotel, ficou condicionado a esta desafectação e correcção dos acessos. A salvaguarda foi, os acessos à praia têm de ficar defendidos. Daí e como disse o Presidente, caminho mais a baixo ou mais a cima, desde que fique defendido, tudo bem. As informações na altura e penso que os técnicos fizeram nesse contexto, é que, nós estamos a falar de uma propriedade privada com dezenas de hectares, onde alguns caminhos foram dados como particulares dentro da propriedade e nesse contexto, não eram caminhos que pudessem na altura ser vistos como caminhos públicos. Obviamente que esse processo, em função da deliberação da Assembleia Municipal, terá de ser revisto e eles terão que reformular a proposta. Mas nós temos e fazemos a defesa do interesse público, no contexto da Câmara Municipal. Aceitamos claramente a proposta e a reformulação do processo através do interessado. O facto é que, a justificação é para não pensarem que a Câmara trocou 100 m de vermelho por 500 m de amarelo. O amarelo foi feito no contexto da informação que tínhamos na altura. -----

Presidente da Assembleia (PSD) - Aliás, a Câmara na sua deliberação, salvaguarda o interesse público ao condicionar, precisamente, os acessos à praia. Podia ter aprovado e não condicionar a nada. Pelo contrário, defendeu o interesse público, remeteu para o órgão competente a desafectação. A Câmara deliberou, com o interesse público mais que presente, não tenho a mais pequena dúvida sobre isso. Não tendo nada contra a aprovação do hotel e os Senhores promotores não tendo prejuízo nenhum, não se deve deixar que exista uma perda de benefício à população de Albufeira. Aqui é uma questão de mero bom-senso, mais nada. -----

Carlos Lima (PS) - A questão que eu queria levantar era precisamente essa, e mesmo com a explicação do Sr. Presidente da Câmara, ainda fiquei um bocado na dúvida. O que está aqui a amarelo, é o que é a desafectar e a afectar é o vermelho. Gostava de saber se, nessa exigência, se é que vamos fazer exigência ou vamos esperar que eles apresentem proposta que a Assembleia aceite, é se o caminho vai ser afectado com a mesma largura que este que está a ser desafectado? Aqui diz que, o novo que já lá



está, tem 7,100m de largura total e 5m de faixa de rodagem. Os 2m serão de passeios? Acho que isso deveria ser bem definido, para nós podermos deliberar. Ter um parque de estacionamento e a garantia que nunca vai ser fechado. Quer queiramos quer não, aquilo vai prejudicar o empreendedor, porque os potenciais utilizadores vão ter a concorrência da população de Albufeira que também vai para lá e, a praia é pequena. Mas, o problema é deles, nós temos é que garantir o interesse da população. Gostaria de saber se, a continuação é feita com estes 7m até lá a baixo, se é feito parque de estacionamento, se são criadas condições para as pessoas irem até à praia? Gostava que isso fosse salvaguardado. Um empreendimento daqueles vai sobrelotar a praia, que é pequena. Concordo plenamente com o que o Presidente disse, que seja defendido o interesse público. Que seja bem definido o que é que vai lá ser feito, se tem parque de estacionamento, se tem passeios, a faixa de rodagem, para que tenha um acesso normal à praia. -----

Presidente da Câmara (PSD) - É só um esclarecimento porque existem aqui pessoas que estão cá há pouco tempo. Convém explicar as coisas para que percebam do que estamos a falar. Aquilo tinha dois hotéis, um começou a sua construção e este teve a candidatura aprovada mas condicionado esta questão da desafecção. Nós estamos agora a falar, três, quatro anos depois da entrega desse projecto, do qual neste momento, deduzo eu, já caducou a licença e nem foi levantada. Até porque o titular da altura não é o mesmo titular de agora. Nem sei que é o titular agora. Há aqui uma questão. Essa localização e esse tipo de empreendimento, estamos a falar de edificação tendo em conta os índices e os parâmetros do PDM de 95. Ou seja, não estamos a colocar lá equipamentos ou aprovações desajustadas. Por outro lado, a praia do Castelo é mais perto desse hotel do que a praia do Evaristo. Este hotel fica mesmo junto à entrada do antigo arco directo à praia do Castelo. Neste momento eu nem sei se aquele hotel alguma vez será feito, nos próximos dez anos. -----

Luís Reis (PS) - Estou plenamente de acordo com a proposta do Sr. Presidente, contudo, gostava de alertar que, uma situação relativamente semelhante acabou degenerando o projecto inicial que foi, a alteração que foi efectuada pelas organizações Saraiva na zona de S. Rafael. Em que, presentemente, o acesso à praia do lado esquerdo, a mais pequena, está vedada por obstáculos e paralelepípedos de pedra, uns em cima de outros, impedindo que as pessoas transitem para lá, tendo as pessoas que transitar por terreno vizinho, que é uma propriedade privada, porque as pedras foram lá colocadas à revelia e por várias vezes foram denunciadas, várias entidades se deslocaram ao local e nunca ninguém conseguiu travar a colocação daqueles paralelepípedos. O meu alerta é para que, se as situações não forem bem delineadas, há sempre a tentação de tentar pôr as praias, rodeá-las de obstáculos, de modo a torná-las privadas, dando-lhe uso hoteleiro, como aconteceu na praia do lado esquerdo de S. Rafael, cuja conclusão nunca apareceu em público, sobre as várias denúncias que foram feitas. Conheço várias que vieram para a Câmara e outros ministérios e a situação está realmente lá. Conheço vários moradores de S. Rafael que se queixam que, fizeram várias queixas e os paralelepípedos, aos poucos, foram lá sendo colocados. É só



para alertar que essa situação que o Sr. Presidente há bocado falou, tem de ficar muito bem delineada para não acontecer a mesma situação. -----

Francisco Oliveira (PS) - Para concluir e para especificar um pouco a proposta que fez. Talvez para evitar a situação de, já veio à Assembleia Municipal, já foi à Câmara, e voltou, eu não sei se não seria preferível ser a Câmara Municipal, quando efectivamente agora deliberássemos no sentido de ser remetida para que o munícipe viesse com uma nova proposta, fizesse ela própria uma limitação da proposta concreta, para evitar que o munícipe venha com uma nova proposta, que não seja aceitável e que venha à Assembleia Municipal, volte para trás. Embora o Sr. Presidente diga que não está realmente para breve a construção mas, pelo menos, em termos de processo, resolver essa questão. Ou seja, haver desde logo uma indicação um pouco mais objectiva daquilo que se pretende com a contrapartida da Câmara Municipal para evitar este leva e trás e a má informação. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a favor: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos contra: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -

Ausências: uma (01) Paulo Freitas -----

A proposta foi reprovada por unanimidade dos presentes. -----

Presidente da Assembleia (PSD) - O que nós podemos dizer e esclarecer é que, não estamos fechados, a que haja uma solução que não prejudique o Senhor empreendedor. Agora, não queremos é que isso, possa ter de alguma maneira, incompatibilidade com o interesse público. Contrariamente ao que aqui foi falado, de eventualmente haver incompatibilidades com os hotéis e com as praias, estarem fechadas ao uso público, eu, por exemplo, não sou cliente daquelas reservas com praias privadas. Eu quando viajo gosto de ir para zonas onde estou em contacto com o público. É uma forma de viajar mais cultural, mais simpática, do que nos pormos naquelas reservas fechadas, o chamado turismo "de resort", que está muito na moda e a que eu sou absolutamente contrário. O turismo "de resort" é mais para o terceiro mundo. E em Portugal, as praias são públicas. Não há praias privadas em Portugal. -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do Regulamento de Organização e Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal, nos



termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a favor: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos contra: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -

Ausências: uma (01) Paulo Freitas -----

A proposta foi reprovada por unanimidade dos presentes. -----

Vitor Clemente (PS) - Apresenta declaração de voto (doc.5). -----



Declaração de VOTO

OS MEMBROS DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ELEITOS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA

Declaramos

Votamos favoravelmente a proposta ora apresentada pela Câmara Municipal no que respeita

Às alterações que a LEI determina sobre o Regulamento da organização e funcionamento do serviço de Polícia Municipal.

Considerando que este Regulamento fora aprovado nesta Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal em 29 de Março de 2001

No entanto, mais uma vez chamamos a devida atenção ao executivo pelo fraco número de efectivos que se encontram ao serviço, *função em comissão*
o aumento a esse

Albufeira, 21 fev 2010

Presidente da Câmara (PSD) - Lido assim parece que é verdade. Há aqui uma questão de fundo. É preciso que saibam o porquê de termos só essas polícias. Assinei em 2002 um protocolo com o agora Ministro da Administração Interna que era Secretário de Estado na altura, sobre o funcionamento das polícias municipais. Protocolo esse que o Estado até hoje não cumpriu rigorosamente em nada. Nós temos, no quadro, a abertura para vinte numa primeira fase e depois mais, mas o que é que acontece: em todos os



concursos abertos, já foram abertos vários, aparecem quinze, vinte inscritos e depois nas provas do SEFA e psicotécnicos, chegamos com o resultado final de um polícia. Aliás, houve concursos que nem um conseguiu. Esta é uma questão que não tem nada a ver com a vontade da Câmara. Nós abrimos permanentemente concursos para a polícia municipal, o facto é que, pelas exigências do processo, enquanto que para a PSP ou GNR é necessário o 11.º ano, para a polícia municipal é necessário o 12.º ano. Existe uma série de critérios que não ponho em causa mas, o facto é que, não temos polícias porque todo o processo da contratualização dos polícias municipais esbate em processos administrativos e até físicos e psicológicos, que não permite que o quadro da Câmara tenha mais efectivos. Essa é a razão. Queria que ficasse aqui bem esclarecida. No contexto da declaração de voto, fica a impressão de que a Câmara, nunca mais desenvolveu nenhum processo para a contratação dos polícias municipais. O que não é verdade! -----

Carlos Lima (PS) - Mas em lado nenhum da declaração de voto diz isso. O que diz é que, nos opomos ao aumento da área que eles vão fiscalizar. O problema é, se aqueles que existem são suficientes para fiscalizarem as cinco freguesias, ou se com duas já se viam aflitos. O problema é esse! Na questão burocrática, é claro que não é a Câmara que tem culpa. -----

Vitor Clemente (PS) - Grande parte dos membros desta Assembleia têm pleno conhecimento das dificuldades. Mas, através da ANMP, pode e deveria junto do Governo incentivar, criar melhores condições, não tão apertadas, como estão a fazer. E é nesse sentido que os Presidentes de Câmara, que têm todos eles esse tipo de dificuldades, devem juntar esforços. Ou há polícia municipal, ou não há polícia municipal. Na declaração de voto, eu manifesto sempre no sentido de não, de sim ou mesmo de abstenção. -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento do Arquivo Histórico do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente (PS) - Nós iremos votar favoravelmente mas, sentimos que, em termos de custos, está um pouco elevado. Julgo que, quem vier a precisar destes serviços também irá senti-lo. É só uma chamada de atenção. Fica ao critério do Sr. Presidente da Câmara ou do Vereador, tentar baixar. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, nos termos da alínea s) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Presidente Junta Freguesia Paderne Francisco Guerreiro (PSD) - Acho que deveria constar aqui o nome das pessoas que estão destacadas nas freguesias. Penso eu. Eu só digo isto porque os outros protocolos tinham. -----

Presidente da Câmara (PSD) - Não é fácil. Hoje estão lá, amanhã já não estão. Antigamente as pessoas estavam mais tempo nas freguesias, agora a mobilidade é maior. Não nos parece que seja importante nesta fase. -----

Vitor Clemente (PS) - É certo que o PS irá votar favoravelmente mas, no entanto, há aqui uma situação que talvez fosse melhor ser esclarecida na defesa de toda esta situação, mesmo para os Presidentes de Junta. É a clausula 2ª do n.º2 na pág. 2 diz assim: *"A concretização da obtenção do apoio técnico referido no número anterior será feita através de prévia solicitação ao Presidente da Câmara ou Vereador responsável pela área inerente à tarefa em causa."* Eu sei que, de antemão, esta situação pouco ou nada se aplica. Tanto o Sr. Presidente como os Srs. Vereadores fazem sempre este tipo de cedência, quer o executivo da Junta seja de uma cor ou de outra. Mas deixar cá pode causar algum tipo de problema algum dia. É uma chamada de atenção, vale o que vale. -----

Presidente Junta Freguesia Olhos d'Água Indaleta Cabrita (PSD) - Uma vez que estamos a falar em delegação de competências, eu como Presidente da Junta de Olhos d'Água quero dizer aqui publicamente que, concordo inteiramente com o ponto dois da cláusula segunda. Isto porquê? Porque eu acho que tem de haver uma hierarquia. E se eu preciso de qualquer serviço de um determinado técnico mas se esse técnico depende de um determinado Vereador, eu penso que tenho de pedir esse apoio técnico ao Vereador e não vou pedir ao Chefe da Secção. Afinal de contas o Vereador tem a obrigação de saber onde andam os seus técnicos e a fazer o quê. Concordo que todo e qualquer apoio técnico que a Junta precise deve ser sempre dirigida ao Vereador



responsável pela área e não seja pedida, paralelamente, aos chefes ou a outras pessoas. -----

Presidente Junta Freguesia Paderne Francisco Guerreiro (PSD) - Eu concordo inteiramente com a cláusula por uma razão muito simples, é que isto sempre foi feito assim. Eu não estou cá há pouco tempo e quando o Sr. Vitor era Vereador, eu nunca lhe passei por cima pedindo a um chefe de serviço algum tipo de trabalho. Eu acho que assim é correcto, não ultrapassar ninguém e seguirmos aquilo que é razoável. É pedir, por escrito ou verbalmente, para nos ajudarem. Tão simples quanto isto! Eu pensava que o Senhor ia defender outra coisa. Há quatro anos o Estado criou para ajudar Paderne mil e seiscentos contos e este ano tirou-nos mil e duzentos. Às Juntas de Freguesia, que são os órgãos que estão a tomar conta das populações, é-lhes retirado dinheiro. Isto não faz sentido nenhum. -----

Carlos Lima (PS) - Não vejo aqui protocolo nenhum com a Junta de Freguesia de Albufeira. -----

Presidente da Câmara (PSD) - E tens razão, não há. -----

Carlos Lima (PS) - A Junta de Freguesia também é responsável por, pequenas reparações nas escolas, papel de fotocópia. Pelo menos era. Só se passou para a Câmara. -----

Presidente Junta Freguesia Albufeira Helder Sousa (PSD) - Isso faz parte das competências próprias da Junta. Não misture as coisas. -----

Carlos Lima (PS) - Sem com isto querer dizer que a Junta de Freguesia devia ter os meios todos, isso é possível, esta segunda cláusula o que diz é que: a Junta obriga-se a executar as tarefas da primeira cláusula e para as executar vem à Câmara chamar o técnico. Não sei se estou a interpretar bem o que aqui diz. É o que eu interpreto. Também sei que é difícil, cada Junta de Freguesia ter um corpo técnico. Não tem capacidade para isso. Parece-me que isto é um bocado para encher folhas, dizer que a Junta de Freguesia tem muitas competências, quando no fundo quem faz isto é a Câmara. E desde sempre foi assim. Era preferível que fossem transferidas as verbas inerentes para conseguir dar resposta a essas competências. Diz-se que "vais fazer isto, isto e isto mas, para fazeres isto vens aqui pedir e eu vou lá fazer". É a ideia que eu tenho disto, posso estar enganado na interpretação. Gostaria de um esclarecimento em relação à questão. -----

Presidente Junta Freguesia Paderne Francisco Guerreiro (PSD) - Custa-me ouvir coisas que não correspondem à verdade. O meu amigo Lima está com esta conversa mas, ele esteve aqui algum tempo e, sabe perfeitamente qual é o trabalho das Juntas e o que pedem à Câmara. Se for necessário, eu faço um relatório do trabalho que a Junta faz naquela freguesia, que é para ele ver que não é verdade o que está a dizer., que as Juntas fazem lá o trabalho porque vêm buscar cá o pessoal. Caríssimo amigo, quero lhe dizer uma coisa que, se não sabe fica a saber ou então anda distraído, falo por mim, por Paderne. Eu tenho tido o cuidado de pedir o mínimo possível à Câmara Municipal. Procuro meios para o fazer. Posso lhe dizer que, tenho lá três funcionários, um pedreiro que há anos faz calçada e trabalho que a Câmara deveria ir lá fazer. Nós



temos de ter uma entreaajuda, as Juntas de Freguesia com a Câmara Municipal e vice-versa. Tenho aqui uma pessoa à minha frente, que está na escola secundária há vários anos e sabe que não estou a mentir. Admira-me o meu amigo Lima estar com esta conversa. -----

Presidente Junta Freguesia Ferreiras Jorge Vicente (PSD) - É para reforçar o que o Francisco acabou de falar. Eu, com apenas três meses de posse na Junta de Freguesia de Ferreiras, já exerci todas estas competências que foram delegadas e temos competências próprias, basta ver na lei. Quero esclarecer também que, a Junta de Freguesia de Albufeira não tem protocolo porque diz aqui no ponto sete da proposta o porquê de não ter. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --

Ausências: uma (01) Adriano Ferrão -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Vitor Clemente (PS) - Apresenta declaração de voto (doc.6). -----



Declaração de VOTO

OS MEMBROS DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ELEITOS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA

Declaramos

Votamos favoravelmente a proposta ora apresentada pela Câmara Municipal no que concerne à delegação de competências para as Juntas de Freguesia do Concelho, por considerarmos que estando estas mais próximas das populações e ao abrigo das disposições legais e tendo uma acção mais imediata e por considerarmos a delegação um dos processos encetados pelo Partido Socialista.

Discordando da redacção do número 2 da segunda clausula dos protocolos .

Albufeira, 21 fev 2010

PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração da Cláusula Oitava do Contrato de constituição do Direito de Superfície a favor da Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve, nos termos da alínea i) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----



Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Luís Reis (PS) - Estou plenamente de acordo com a proposta que aqui está, contudo gostaria de alertar que, presentemente, existe financiamento para o princípio da obra mas, gostaria de saber que tipo de situação se vislumbra quanto à continuidade dos subsídios que eles precisem para completarem a obra e não ficarem a meio caminho da obra e que depois acaba por reverter para a Câmara Municipal. -----

Francisco Oliveira (PS) - Um esclarecimento. A razão pela qual se pede esta prorrogação? Como sabem vamos votar a favor mas, a que se deveu, realmente, este atraso? -----

Presidente da Câmara (PSD) - Os atrasos têm a haver com duas questões fundamentais. Uma foi a aprovação de todos os projectos e a segunda foi a candidatura ao POPH. A candidatura foi aprovada recentemente, no fim do ano passado. De um investimento de cerca de quatro milhões de euros, onde tem um lar, um centro de dia, apoio domiciliário, foi financiado na volta de um milhão e setecentos mil euros. É evidente que para quatro milhões de euros, vai haver por parte da Câmara um esforço muito grande para que todo este processo possa ter sequência. Além das verbas dos empreiteiros, inclusive nós agora até pedimos a alguns empreiteiros que fizessem, em termos de mecenato, escavações, aliás já começaram, da zona que vai ser intervencionada. Todo este processo está num curso que, obviamente, nos próximos dois três anos, é por fases, vai ter uma sequência de investimento que tem de ser dentro da verba financiada. Foi um esforço muito grande quer da associação, quer da Câmara, com todos estes procedimentos, como devem calcular, para que isto fosse apoiado. Há agora compromisso, como houve desde sempre, a partir do momento em que a Câmara se envolve, arranja o terreno, aprova os projectos, consegue alavancar tudo aquilo nos contactos com a segurança social, e obviamente a associação fez um trabalho fantástico. Neste momento estão criadas condições para que com o financiamento e uma parte da verba que a Câmara conseguiu arranjar, arranque, definitivamente, com um processo de continuidade. Outra questão: as obras assistidas, são autofinanciadas através de alguns sócios. Digo que, neste momento a Nuclegarve tem todos os meios para poder dar resposta e iniciar o processo que foi muito complicado mas que, felizmente, tem todas as condições para andar. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da



Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO NONO

Designação de nove cidadãos de reconhecida idoneidade para integrar no Conselho Municipal de Segurança de Albufeira, nos termos do alínea p) do n.º1 do art.4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta lista (doc.7), conjunta. -----

Conselho Municipal de Segurança

Elementos indicados pelo PSD

- 1 João Manuel Baptista Mota Marques
- 2 Manuel João Guerreiro Gonçalves
- 3 Alberto Esteves do Rego Saraiva
- 4 Rui Miguel São João Bernardo
- 5 Carlos Duarte Vieira Gabriel
- 6 Ana Luisa Sousa Simões

Elementos indicados pelo PS

- 7 Francisco José Pereira Oliveira
- 8 Carlos Alberto de Volta Altheira Lima

Elementos indicados pelo BE

- 9 Maria do Rosário Caluino Chavren



Passa-se à votação, por escrutínio secreto. -----

VOTAÇÃO: -----

Vinte e cinco (25) Votos favoráveis -----

Uma (01) ausência -----

Os cidadãos designados são: João Manuel Baptista Mota Marques, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Alberto Esteves do Rego Saraiva, Rui Miguel Serôdio Bernardo, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Luísa Sousa Simões, Francisco José pereira Oliveira, Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima e Maria do Rosário Calvino Charrua. -----

PONTO DECIMO E DECIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2010/2013, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, 1ª Revisão do Orçamento para o ano 2010, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os pontos que serão discutidos em conjunto e votados separadamente, e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente (PS) - Não é pela defesa das alterações, mas eu iria pedir para que fizessem algum tipo de explicação sobre esta situação da alteração. Antes disso, dado que vi aqui verbas que irão ser atribuídas à ALBUCCOP e que antes foi celebrado protocolo com a ANTRAL e a ALBOCCOP. Também, é certo que aqui há um reforço na verba de um milhão de euros que estava previsto para 2011 e há uma antecipação para 2010. Será que a obra irá ser concluída em 2010? -----

Presidente da Câmara (PSD) - Sobre a ALBUCCOP. Foi aprovado um protocolo em 2005 com a ANTRAL, que tinha a ver com a questão dos GPS. A Câmara tinha assumido oitenta e um GPS, não foram todos colocados e foram pagos pela Câmara os que foram colocados. Passados estes quatro anos, verificou-se que aqueles sistemas não deram a resposta adequada. Por outro lado, a empresa que forneceu a ANTRAL, porque foi a ANTRAL que fez todo o processo de gestão com os taxistas, entrou num processo de falência. E agora, com a ALBUCCOP, existe uns sistemas que estão a ser verificados que dão respostas muito mais completas em termos de questões de segurança e informação, de no momento ter uma resposta mais adequada e tendo os equipamentos um determinado valor, a Câmara assume aqui uma parte, apenas, desse equipamento e, ronda os sessenta mil euros, que é o compromisso que temos com a ALBUCCOP. A outra questão da verba de um milhão e tal da obra, que é preciso intervir, é o concurso do túnel que atravessa a Baixa de Albufeira, que foram detectadas algumas anomalias e que é preciso intervir de imediato. Não podemos estar à espera, este foi um ano de muita chuva, houve até o cismo. É abrir concurso e assim que o tempo melhor, temos de intervir de imediato. Em princípio, esta verba é para este ano, a intervenção tem de ser feita na época em que não há chuva e o quanto antes, não pode esperar. Está aí



outra questão, a questão do parque de estacionamento, que é uma garantia bancária, que é para se assumida. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação dos pontos em separado. -----

VOTAÇÃO: 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2010/2013 -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO: 1ª Revisão do Orçamento para o ano 2010 -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão cerca das 24:00 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 26 de Fevereiro de 2010 -----



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____

